Algumas Palavras sobre a Minha Experiência na Pace Law School¹

Miguel Augustin Kreling²

*"Quando a última árvore for cortada
e o último rio envenenado,
vamos nos dar conta de que dinheiro não alimenta."
(Autoria desconhecida)*

Gostaria de começar este relatório reconhecendo que a grande oportunidade que tive de estudar nos Estados Unidos deveu-se à ajuda que recebi dos meus amigos, professores e família. Sou imensamente grato a todos que me ajudaram a ter essa chance e a tirar dela o melhor proveito. Sei que poderei estar sendo injusto ao nomear apenas alguns; que me perdoem os que forem vítimas de minha ingratidão. As pessoas sem as quais a experiência que passo a relatar nas linhas seguintes não teria sido possível, entre muitas outras, são o Alexander Wooldridge, a Alexandra Pretto, a Ana Gerdau Borja, a Antonia Espíndola Longoni Klee, o Diego Lerner, o Felipe Dick, o Jason Bailey, o Jay Bischoff, a Laura Miller, o Lucas Lixinski, a Luciana Quinto, a Maitê Schmitz, o Rafael Ribeiro, assim como a Profa. Dra. Claudia Lima Marques, o Prof. Dr. Cezar Saldanha, a Profa. Dra. Catherine Tinker, a Profa. Dra. Sílvia Rocha, a Profa. Dra. Vêra Fradera, o Prof. Dr. Carlos Zanini, o Prof. Dr. Cláudio Michelon, e os meus pais, o Carlos Kreling e a Vânia Kreling, e a minha irmã, a Mariana Kreling. Essas pessoas foram incansáveis, estiveram lá quando eu precisei, tiveram paciência comigo nos momentos de dúvidas e incertezas, deram-me apoio nos momentos difíceis e ajudaram-me a tomar decisões e fazer as escolhas certas. A todos, a minha eterna gratidão.

O convênio com a *Pace University*³ proporcionou-me uma verdadeira experiência de vida. Dela não tirei apenas conhecimentos e habilidades, mas também, e principalmente, convicções e paradigmas. Se alguém me perguntasse o que eu mais aprendi com este intercâmbio, eu responderia:

¹ Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à pessoa da Profa. Dra. Claudia Lima Marques, por dar-me esta grande oportunidade de poder compartilhar com a nossa comunidade, mediante a presente publicação, algumas palavras a respeito da grande oportunidade que tive de estudar na Pace Law School.

² Sou aluno do oitavo semestre do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fui bolsista CAPES-FIPSE na Pace Law School, Withe Plains, no Estado de Nova Iorque, de 19 de janeiro a 24 de maio de 2004. Sou muito grato pela oportunidade de ter sido bolsista.

³ Apesar de o principal campus estar sediado em Manhattan, na Cidade de Nova Iorque, a Faculdade de Direito da Pace encontra-se em White Plains, ainda no Estado de Nova Iorque, 25 minhas ao norte da Cidade.

a convicção de que a educação é o principal meio pelo qual se pode mudar o destino de um povo e o paradigma de como se pensa o direito na família jurídica anglo-saxã e como se ensina o direito na América do Norte. Acredito que esta experiência provará ser de muita valia à minha aspiração de tornar-me, provera a Deus, um professor. Sinto-me comprometido a retribuir, fazer frutificar e levar adiante o investimento que os povos brasileiro e norte-americano fizeram em mim, mediante a concessão das bolsas. Assim, sou grato a todo povo brasileiro e norte-americano e, em especial, à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao *Fund for the Improvement of Postsecondary Education* e à *Pace University*.

Neste relatório, tenho dois objetivos principais: (i) prestar contas em relação ao aproveitamento da oportunidade de estudar na *Pace Law School*; e (ii) tecer algumas considerações sobre a *common law* e o ensino jurídico nos Estados Unidos. Se a consecução de algum desses objetivos, no julgamento de alguém, não for satisfatória, coloco-me à disposição para prestar qualquer informação adicional.

I – Do Aproveitamento da Oportunidade

Na *Pace Law School*, realizei precipuamente as seguintes atividades:

Subject	Course	Title	Credits	Grade
Spring 2004	LAW 856	Environmental Law Survey	3.00	A-
	LAW 745	Corporations & Partnerships	4.00	A-
	LAW 657	Securities Regulation	3.00	A
	POL 395	Independent Study In Political Studies	3.00	A

Na disciplina *Independent Study in Political Studies*, escrevi um trabalho em matéria de direito ambiental e constitucional norte-americano, intitulado:

The Environmental Power of the Commerce Clause: An Interstate Commerce Burden on Environmental Law?

Cuida-se da fonte e estrutura constitucionais do direito ambiental norte-americano; em particular, de uma análise de como a Cláusula de Comércio da Constituição dos Estados Unidos, enquanto fonte principal do direito ambiental norte-americano, limita ou não, em virtude de sua própria natureza, o desenvolvimento do direito ambiental norte-americano. A perspectiva adotada tem por premissa fundamental o entendimento de que sem um meio-ambiente sadio e ecologicamente equilibrado não pode haver uma vida economicamente produtiva nem comércio entre os Estados.⁴ O propósito último do trabalho é vislumbrar uma solução constitucional que permita e potencialize o desenvolvimento desimpedido e natural do direito ambiental norte-americano conforme às inclinações

⁴ "It appears that while a traditional commonplace is that economic prosperity is inherently environmentally unfriendly, the federal environmental legal system is constitutionally predicted precisely on the opposite assumption – that commerce among States cannot be maintained and enhanced unless the environment is preserved. Indeed, under a broader perspective there is no doubt that the maintenance of the Earth's life supporting natural system is a precondition to the very continuance of human life and, a fortiori, of the general social welfare achievable through the unencumbered practice of commerce."

democráticas do povo norte-americano e de uma forma imune às distorções político-institucionais e ao lobby dos interesses econômicos de curto prazo. Trata-se de um tema que deve preocupar a todo ambientalista, por ter implicações que permeiam todo o direito ambiental,⁵ assim como aos constitucionalistas que veem pela representação político-institucional adequada e simétrica da vontade geral do povo. Pela orientação que me deram na pesquisa e elaboração do trabalho, agradeço à Professora Catherine Tinker, ao Professor Nicholas Robinson, ao Professor Jeffrey Miller e ao Professor Lee Paddock.

Nesta mesma disciplina, coordenada pela Profa. Dra. Catherine Tinker, tivemos a oportunidade de assistir, na Organização das Nações Unidas (ONU), aos trabalhos da 12ª Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável sobre o tema *Água, Saneamento e Habitação Humana*, que ocorreu entre 14 e 30 de Abril de 2004. Durante a Conferência, o Tinker Institute on International Law and Organizations (TILO) e a Union Internationale des Avocats (UIA) organizaram um evento paralelo, na ONU, intitulado *Cross-cutting Linkages: Enabling Conditions for Sustainable Development*, que contou, entre outros palestrantes, com o Chefe da Seção de Tratados da ONU, Dr. Palitha Kohona, o Diretor do Departamento Ambiental do Banco Mundial, Dr. Warren Evans, a Vice-Presidente Sênior da Fundação das Nações Unidas, Dr. Melinda Kimble. Agradeço à Profa. Dra. Catherine Tinker por esta oportunidade ímpar.

Quanto às demais disciplinas que cursei, gostei de todas; os professores eram muito competentes: o Professor Nicholas Robinson, em *Environmental Law Survey*; o Professor James Fishman, em *Corporations & Partnerships*; e a Professora Barbara Black, em *Securities Regulation*. Todos eles receberam-me muito bem e colocaram-se à disposição para ajudar-me. Mas o que eu mais gostei foi que todos esses professores trataram-me como um igual, não fizeram qualquer distinção entre mim e os meus colegas norte-americanos, de tal forma que eu me senti incluído no meio. Também gostei muito da ênfase que eles deram à ética profissional no exercício das profissões jurídicas.

Em relação ao conteúdo programático de cada disciplina que cursei, seguem as seguintes súmulas:

Environmental Law Survey. Panorama de Direito Ambiental Norte-Americano. O Direito Ambiental tornou-se uma parte integrante da vida cotidiana em quase todas as áreas de atuação profissional no direito hoje nos Estados Unidos. Este curso oferece uma introdução à estrutura básica das principais leis ambientais federais e à maneira como o jurista as encontra na prática (a Lei de Política Ambiental Nacional, a Lei das Águas Limpas, a Lei dos Ares Limpos e leis sobre materiais e resíduos sólidos e perigosos). Ao longo do curso, problemas de responsabilidade profissional são incluídos na consideração da substância de cada lei. Este curso é um curso de base para as disciplinas ambientais especializadas mais avançadas e oferece ao generalista uma compreensão sólida do sistema legislativo, administrativo e judicial do Direito Ambiental contemporâneo. A avaliação é um exame final de quatro horas de duração com toda a matéria. Três livros são obrigatórios: Glicksman, Markell, Mandelker,

⁵ Os seguintes artigos de doutrina, entre outros, amparam a asserção feita no texto: McConnell, Michael W., *Federalism: Evaluating the Founders' Design*, 54 U. CHI. L. REV. 1484 (1987); Deborah J. Merritt, *Commerce*, 94 MICH. L. REV. 674 (1995); Merrit, Deborah J., *The Guarantee Clause and State Autonomy: Federalism for a Third Century*, 88 COLUM. L. REV. 1 (1988); Donald H. Regan, *How to Think about the Federal Commerce Power and Incidentally Rewrite United States v. Lopez*, 94 MICH. L. REV. 554 (1995).

Tarlock, & Anderson, *Environmental Protection: Law and Policy*, 4th Edition, 2003, Aspen Publishers, New York, 1.070 p. (casebook); *Selected Environmental Law Statutes*, 2003-2004 Educational Edition, West Publishers, 1.400 p. (statute book); e John Cronin & Robert F Kennedy, Jr., *The Riverkeepers: Two Activists Fight to Reclaim Our Environment as a Basic Human Right*, First Touchstone Edition 1999, New York, 302 p. A disciplina é altamente técnica. A carga de leitura semanal é intensa, ultrapassando, com certa frequência, uma centena de páginas densa e detalhadamente escritas. O Professor Robinson enfatizou as perspectivas diversas das três partes que frequentemente se contrapõem nas disputas ambientais: da agência reguladora em matéria ambiental, da empresa com interesses econômicos e dos cidadãos preocupados com o meio ambiente. O Professor Robinson também focou as diferentes estratégias, tanto judiciais quanto extra-judiciais, de que o jurista ambientalista pode lançar mão no exercício profissional. O Professor Robinson tem um amplo conhecimento geral e de direito comparado, cita o Brasil em suas aulas e trás muitas informações adicionais, de caráter não-jurídico, para ilustrar os problemas ambientais jurídicos. Ele é o menos socrático dos professores que tive. Foi a disciplina mais *challenging* (desafiante) que fiz, em razão da extensão, variedade e tecnicidade do conteúdo abordado. Ela deixou-me fascinado pelo Direito Ambiental.

Corporations & Partnerships. Direito Societário Norte-Americano. Este é um curso básico sobre sociedades anônimas. Abarca a constituição de uma sociedade, a alocação de poderes e controle entre diretores, administradores e acionistas, o sistema de *proxy*, a sociedade de capital fechado e mecanismos de controle, os deveres dos diretores e outros “*insiders*” e a interação entre os direitos societários federal e estadual. Este curso também oferece um panorama sobre o direito das sociedades civis. A avaliação é um exame final de quatro horas de duração com toda a matéria. Quatro livros são obrigatórios: Melvin A. Eisenberg, *Corporations and Other Business Organizations: Cases and Materials*, 8th Edition, 2000, Foundation Press, New York, 981 p.; Melvin A. Eisenberg, *Corporations and Other Business Organizations: Cases and Materials*, 2003 Supplement, Foundation Press, New York, 278 p.; Klein, Ramseyer, & Bainbridge, *Business Associations: Agency, Partnerships, LLCs, and Corporations*, 2003 Statutes and Rules, Foundation Press, New York, 303 p.; e *New York Corporation Law*, 2004 Whitebook, LexisNexis, 932 p. A disciplina é baseada, em grande parte, em *common law* (isto é, jurisprudência), de diversos Estados, em especial, de Delaware, New York, Massachusetts e Califórnia. É uma disciplina pesada, especialmente para quem não gosta de *business*. O exame é tido, pelos alunos, como um dos mais difíceis da Law School. O Professor Fishman procura colocar a matéria jurídica dentro de uma perspectiva prática e contextualizada na *Corporate America*. Lança mão de muitos recursos eletrônicos, como CALI e Twen. Acho que aprendi muito neste curso.

Securities Regulation. Regulação Federal de Valores Mobiliários. Este curso cobre o direito federal e as regras da *Securities and Exchange Commission* (SEC) quanto à emissão e comercialização de valores mobiliários, bem como os aspectos legais e infra-legais da indústria de valores mobiliários em geral. Tem por pré-requisito *Corporations & Partnerships*. Permitiram-me que eu cursasse ambas as disciplinas simultaneamente. A avaliação consiste em: (i) dois trabalhos, em que se analisa o desempenho operacional e financeiro de uma sociedade anônima de capital aberto norte-americana, à escolha do aluno (eu fiz sobre a *General Electric Company*), com base, principalmente, no *annual report* e *proxy statements* da respectiva empresa e *10-K*, *10-Q* e *8-K reports*, que a empresa envia (periodicamente) à SEC; (ii) um exame final de 3 horas com toda a matéria. Dois livros são obrigatórios: Cox, Hillman, &

Langevoort, *Securities Regulation: Cases and Materials*, 3rd Edition, 2001, Aspen Publishers, Gaithersburg, 1.288 p.; e John C. Coffee, Jr. & Joel Seligman, *Federal Securities Laws: Selected Statutes, Rules and Forms*, 2003 Edition, Foundation Press, New York, 2.021 p. A Professora Black deu especial ênfase à responsabilidade profissional do advogado ao lidar com valores mobiliários e ao *Sarbanes-Oxley Act*. Também pela contribuição de três colegas que trabalhavam na área, o curso não se limitou a aspectos jurídicos, mas deu uma idéia boa sobre o funcionamento e regulação do mercado de valores mobiliários nos Estados Unidos, sendo um bom complemento a *Corporations & Partnerships*. É uma disciplina pesada e, em grande parte, extremamente técnica. A Professora Black é muito boa, com uma excelente didática, mas é tida pelos alunos como uma *hard-grader* (difícilmente dá nota alta).

II – Considerações Gerais sobre o Direito e o Ensino do Direito nos Estados Unidos

Gostaria de dividir com os que tiverem interesse algumas impressões e idéias acerca da *common law* e do ensino do direito nos Estados Unidos. É claro que a minha experiência foi pessoal, curta e limitada ao que pude observar enquanto aluno, por um semestre, na *Pace Law School*. As minhas observações, igualmente, podem ser um pouco influenciadas pela minha experiência anterior na Inglaterra. Apesar dos problemas inerentes ao método indutivo, especialmente quando a experiência concreta da qual se parte tenha suas limitações naturais, acredito que as idéias a serem ventiladas a seguir possam ser de alguma valia àqueles que se preocupam com o direito e o ensino jurídico no Brasil em geral.

A expressão *common law* tem duas acepções principais; pode referir-se tanto à família jurídica anglo-saxã quanto à jurisprudência ou *case law*. Neste relatório, o significado predominante que se dá à expressão é o da família jurídica; quando não for o caso, haverá explicitação. Cuide-se também que, muitas vezes, ao referir-me a *common law*, estarei me referindo, na verdade, à *common law* norte-americana.

Nas considerações que desenvolvo a seguir, tomo a liberdade, com todo o respeito e a *data maxima venia*, de incluir algumas críticas ao direito e aos juristas brasileiros em geral, sem qualquer intento de atingir a alguém em particular. Trata-se de críticas de ordem sociológica. Considero-me a primeira vítima de minhas próprias críticas. Sou brasileiro e, por isso, sou atingindo por tais críticas tanto quanto, ou mais de, qualquer outro compatriota. Acredito que sem crítica, não há perspectiva de melhora; e sem perspectiva de melhora, não há sentido para a vida. Considero-me também estar no dever de fazer as críticas que seguem; afinal, para que o povo brasileiro investiu tanto dinheiro na minha educação? Veja essas críticas da perspectiva de um brasileiro de coração, que ama o seu próprio país, que não o trocaria por nada, que se vê no dever de lutar e trabalhar em prol dele; de um brasileiro que se retorce de dor com cada injustiça que se comete neste país; de um brasileiro que chora de amor com cada conquista que se logra no nosso país. Lutar pelo desenvolvimento do meu país é a missão da minha vida.

O exíguo diálogo entre a *common law* e a *civil law*. Gostaria de começar observando que a *common law* e a *civil law* são dois mundos diferentes, por vezes, incomunicáveis. Das centenas de decisões norte-americanas que tive a oportunidade de ler, encontrei apenas uma que mencionasse personagens típicos da *civil law*: Justiniano, Puffendorf e Barbeyrac. Cuida-se, entretanto, de um

julgado de 1805,⁶ em relação ao qual o editor do *casebook*⁷ fez questão de incluir notas explicativas a fim de esclarecer aos estudantes norte-americanos que não se tratava de nomes de juizes ingleses, mas sim de “*civil law jurisconsults*”. Na Inglaterra, não me deparei com nenhuma decisão que citasse a alguma fonte (*authority*) continental.⁸ Por outro lado, a doutrina brasileira (e, talvez, a continental em geral) raramente cita a *cases* ingleses, norte-americanos, canadenses, australianos, neozelandeses, indianos etc (embora nem tão raramente cite a autores da *common law*). Contrastantemente, o diálogo entre a doutrina brasileira e as doutrinas alemã, francesa, italiana, portuguesa, espanhola, suíça, belga etc, é considerável. Diálogo comparável observa-se dentro da família da *common law* — a qual engloba muito mais países do que nós imaginamos (só da *Commonwealth* participam 54 países). O *Judicial Committee of the Privy Council*, por exemplo, que integra o direito constitucional inglês e reúne-se em Londres, recebe apelações do *Court of Appeal of New Zealand*, do *Superior Courts* das Províncias canadenses, do *Supreme Court* dos Estados australianos, assim como de outros países, como da Índia, Paquistão, Chipre, Gana, Nigéria, Sri Lanka, Malta e Malásia.⁹ Se o diálogo dentro da *civil law* ocorre a título de compartilhamento de experiências, o diálogo dentro da *common law* parece ir mais longe, preocupando-se inclusive com a harmonização jurisprudencial (tendência em que os Estados Unidos não se incluem, entretanto). Essa tendência — do diálogo intra-sistema — parece-me natural, principalmente em razão dos distintos sistemas de fontes. Contudo, parece-me que poderíamos aprender bastante se procurássemos aumentar o diálogo entre sistemas, em particular, entre a *civil law* e a *common law*. Acho que o convênio FIPSE-CAPEs entre Universidades brasileiras e norte-americanas tem desempenhado e pode desempenhar um papel importante no sentido de aumentar o profícuo diálogo entre os sistemas.

O papel da “doutrina” no direito norte-americano. Na *common law*, não há *doutrinadores* (com algumas exceções, como *Blackstone*), mas *comentadores*¹⁰. Os comentadores (isto é, a doutrina) não se citam muito entre si, mas se referem mais aos julgados judiciais. Não se trata apenas de citar ementas, como ocorre bastante no Brasil, mas sim, e principalmente, de narrar os fatos relevantes (*material facts*) do caso e apor-lhes a solução judicial. É que o direito está vinculado aos fatos; alterando-se estes, pode (ou não) alterar-se aquele. O papel da doutrina, *rectius*, dos comentadores, é antes a de tentar conciliar os julgados judiciais (tarefa em que, em boa parte das vezes, não obtêm êxito), ou criticar-lhes a solução, sem qualquer pretensão de dizer ou fazer Direito. Mas isso não quer dizer que não haja bons comentadores; bem pelo contrário, a “doutrina” (*scholarly writings* ou *scholarship*) tende a ser criativa, inovadora, sofisticada e profunda, especialmente aquela que logra publicação nas *law reviews* das Universidades mais tradicionais.

⁶ *Pierson v. Post*, 3 Cal. R. 175 (N.Y. Sup. Ct. 1805), Supreme Court of Judicature of New York.

⁷ Casner, Leach, French, Korngold, Vanderveide, *Cases and Text on Property*, 4th Edition, 2000, Aspen Publishers, Gaithersburg, p. 23-29.

⁸ Nota-se, contudo, que o avanço no processo de integração da União Européia tenderá a promover um maior diálogo entre o direito inglês e o continental. Observei essa tendência na área de propriedade intelectual, vez que se busca harmonizar os direitos de patente e os direitos autorais, entre outros, a fim de conferir-lhes uma proteção mais abrangente, a nível comunitário. Foi a única ocasião em que observei um juiz inglês levar em consideração uma decisão alemã, embora aquele discordasse radicalmente desta.

⁹ Paul Jackson and Patricia Leopold, O. Hood Phillips and Jackson *Constitutional and Administrative Law*, 8th Edition, 2001, Sweet & Maxwell, London, p. 807-816.

¹⁰ *Commentators*.

O valor do Professor na comunidade jurídica norte-americana. Os professores norte-americanos, que produzem boa parte dos *papers* (artigos de doutrina), tendem a fazer jus à palavra *professor*, ou melhor, ao respeito que a palavra *professor*, na língua inglesa, (ainda) impõe. Essa “carga” de reverência não é exclusiva do inglês norte-americano; o mesmo se dá no inglês britânico. Na Universidade de Westminster, em Londres, toda a vez que eu chamava o meu professor de tributário de Professor Earle, ele me corrigia: “Don’t call me Professor... I’m a teacher”. E olha que eu o colocaria entre os cinco melhores professores que eu já tive na minha vida. O título de *professor*, nos Estados Unidos, dispensa o de *mestre* ou *doutor*. Só tem chances de tornar-se professor o aluno (i) que tenha um histórico escolar impecável e (ii) que se forme numa das Universidades mais renomadas (com algumas exceções), especialmente as que integram a *Ivy League*.¹¹ Quem não consegue ser admitido numa Universidade dessas, provavelmente terá que se contentar com a profissão de advogado ou outra, mas não poderá almejar à de professor. Examine-se, por exemplo, as Universidades em que estudaram os *Justices* da Suprema Corte dos Estados Unidos: a maioria formou-se em *Harvard* ou *Yale* (mas a *University of Texas* está representada!). Parece-me razoável que da elite intelectual de um país, dentre os mais preparados e competentes, saiam os professores; é, contudo, interessante como nós, no Brasil, nem sempre parecemos partilhar dessa mesma crença.

A sofisticação científica da doutrina norte-americana e o entendimento generalizado de que Ciência é uma coisa, já Direito é outra. Uma característica da doutrina norte-americana que me encantou é de como ela é sofisticada e aberta para as demais ciências, inclusive as exatas. Responda-me uma coisa: quantos doutrinadores brasileiros você conhece que empregam teorias aritméticas, geométricas, estatísticas, atuariais, sociológicas, econômicas, políticas, da física quântica, para explicar o direito? Como há, na doutrina norte-americana, idéias novas e criativas, teses ousadas e desafiadoras; um discurso que não se legitima pela repetição e pelo argumento de autoridade, mas sim pela justificação política ou filosófica transcendente; uma técnica menos voltada à interpretação das normas do que às *policy reasons* e *policy choices* por trás delas; uma preocupação acadêmica menos centrada na consistência interna, teórica (ou retórica) de suas teses do que na eficácia externa, social de suas soluções; uma doutrina preocupada menos com a conveniência política de suas teses do que com o valor objetivo da dialética científica. Sinceramente, nunca tinha visto antes um direito tão “cientificizado”, tão dialogante com as demais ciências, tão aberto para a vida e para o mundo; e, ao mesmo tempo, tão modesto, sem jamais pretender ser, ele mesmo, uma Ciência. Parece-me que, no Brasil, dá-se precisamente o contrário: enquanto nós clamamos que o Direito é uma Ciência, nós isolamo-lo das demais ciências, tomamo-lo incomunicável, não lhe questionamos suas íntimas convicções; acreditamos que o Direito tenha uma lógica própria, fechada, hermética; que tenha um sentido autônomo, uma razão de ser em si e por si, que independa, por vezes, até mesmo, dos efeitos sociais que produz ao ser implementado. Para os norte-americanos — e esse me parece ser o entendimento generalizado dos operadores do direito¹² — o direito nada mais é do que um instrumento, um meio pelo qual se implementam políticas públicas. O direito não tem um sentido imanente, mas o que lhe deu o

¹¹ Princeton, Harvard, Yale, Columbia, Dartmouth, Brown, Penn, & Cornell.

¹² Não, é claro, dos que se debruçam sobre o problema, os quais oferecem diferentes teorias.

seu criador, seja o juiz, seja o Congresso. De nada serve o direito senão para produzir na sociedade os efeitos visados pelos *policymakers*. Acredita-se, por fim, que os juristas não são cientistas e que os cientistas não são juristas.

A influência dos cursos pré-jurídicos na sofisticação da doutrina norte-americana. Mas por que será que a doutrina norte-americana é tão sofisticada, tão aberta as demais ciências? Só consigo ver uma razão: os juristas norte-americanos não são só juristas, mas juristas e algo mais, muitas vez, cientistas. Na minha turma, por exemplo, eu tinha colega que eram químicos, historiadores, politólogos, ambientalistas, lingüistas, literários, economistas, administradores, engenheiros, artistas, dos que lembrei em perguntar o que haviam feito antes da Law School. Faculdade de Direito nos Estados Unidos é pós-graduação. Ninguém lá pode estudar direito sem antes ter se formado em outro curso, seja este o que for. Assim, na Law School e na vida jurídica há pessoas com os mais diversos backgrounds e formações. Não poderia ser maior, dessa forma, a pluralidade e diversidade de idéias e teorias. Cada um, ao colocar a sua formação anterior a serviço do direito, está, na verdade, contribuindo para a evolução do direito, para o seu aperfeiçoamento, para que o direito se torne socialmente menos apático e economicamente mais responsável. Essa característica da doutrina norte-americana, não observei, por exemplo, na Inglaterra, onde os juristas são, como no Brasil, só juristas.

Nos Estados Unidos não se desconfia tanto das teorias econômicas aplicadas ao direito quanto no Brasil. Deixe-me deixar bem claro qual é a minha posição pessoal a respeito do tema. A minha posição não é a de que as teorias econômicas aplicadas ao direito devem prevalecer; mas sim a de que elas — como quaisquer outras teorias sérias — merecem ser ouvidas, consideradas, sopesadas, especialmente em um ambiente acadêmico democrático, que valoriza a pluralidade de idéias e de métodos. É natural que as teorias econômicas tenham a sua própria orientação axiológica, isto é, que dêem certa importância ao interesse social do desenvolvimento econômico. A minha posição é a de que o interesse social do desenvolvimento econômico é um interesse não desprezível na gama de interesses que o direito tenta conciliar e nos quais busca inspiração ao fazer suas escolhas políticas (*policy choices*). Parece-me que o direito norte-americano concilia razoavelmente bem os frutos da pesquisa jurídica e os da pesquisa econômica. Acredito que o estudo do direito norte-americano — um direito que me parece estar mais atento, e ser mais sensível, à conjuntura econômica — pode-se tirar lições úteis àqueles que almejam viabilizar condições de vida dignas a todos os brasileiros; afinal, não se pode falar em efetivação dos direitos humanos, sem crescimento econômico sustentável.

Os juízes e os tribunais ocupam uma posição mais elevada na hierarquia das fontes formais do direito. Os juízes não citam muito os comentadores, mas sim os precedentes, mesmo que estes não tenham *precedential value*, isto é, não sejam *law*, mas desde que tenham certa autoridade, em razão da reputação ou da graduação do juiz ou do tribunal. Uma decisão é *law*, isto é, vinculante, se tiver sido, em relação ao juiz que a invoca, prolatada por um tribunal superior que tenha, naquele caso, competência recursal. Das decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos que tive a oportunidade de ler durante os cinco meses em que estudei direito norte-americano, encontrei menos de uma dezena que fez referência a um ou outro comentador. Quando se organizam conferências acadêmicas, as principais atrações tendem a ser os juízes, e não os professores ou comentadores. Ademais, frases como “segundo Pontes de Miranda, o locatário tem direito a...” não se encontram nas decisões ou nos artigos de doutrina norte-americanos, mas sim “segundo *Wilson v. Christchurch*, o locatário tem direito a...”. Essa

legitimidade dos juízes está, obviamente, fundada em razões histórico-culturais. Mas se saliente que os juízes norte-americanos (e os ingleses também) de primeiro grau tendem a ser mais prudentes e menos temerários do que alguns de seus colegas brasileiros. Parece-me que só a prudência dá legitimidade e, por consequência, autoridade e poder. Toda a vez que se abusa do poder — como se observa no exemplo que alguns juízes de primeira instância no Brasil que se rebelam contra o direito pátrio e deliberadamente passam a prolatar sentenças em discordância com o entendimento consolidado dos tribunais superiores — perde-se o poder. Parece-me que é por isso que os juízes norte-americanos preferem exceder-se no lado do conservantismo evolutivo que no lado do liberalismo¹³ irreverente.

Mas em matéria em que o Congresso legislou, os juízes e os tribunais convertem-se em submissas *bouches de la loi*. Talvez esse seja o maior paradoxo aparente na hierarquia das fontes do direito na *common law*, especialmente para quem olha de fora, isto é, quem tem uma formação continental. Note-se bem, os juízes estão acima da doutrina, *rectus*, dos comentadores, mas não acima das leis. Os juízes ostentam grande poder e reputação social, mas não têm a mesma legitimidade democrática dos parlamentares, que, afinal, são os representantes do povo. Assim, se o juiz norte-americano, por um lado, parece ter mais poder do que o juiz brasileiro, no sentido de que o juiz norte-americano, mas do que o juiz brasileiro, cria e faz Direito, quando se avança para áreas do direito “prevenidas” pela legislação, o juiz norte-americano aparenta ter menos liberdade que o juiz brasileiro para interpretar e aplicar a lei; o juiz converte-se numa verdadeira *bouche de la loi*. A função do juiz, então, não é mais a de considerar razões políticas (*policy reasons*) para decidir num sentido ou no outro, mas sim a de empregar as *traditional tools of construction*, para determinar qual a intenção do Congresso (não a do *legislator*, mas a da *legislature*) e dar-lhe máxima eficácia. Não pode o juiz discordar ou criticar a vontade do Congresso — como alguns juízes brasileiros se acham, por vezes, no direito de fazer — sob pena de implodir-se o próprio sistema democrático, em que o povo através de seus mandatários, e não o juiz, faz as leis.

Como os juízes norte-americanos prendem-se aos fatos e como eles são comedidos ao teorizar. Todo dia, ao estudar, eu fazia a mesma coisa: avançava no meu interminável *casebook* e sublinhava (i) de amarelo, os fatos relevantes (*findings of fact*) e as conclusões de direito (*holdings of law*); (ii) de vermelho, o que me parecia ser *law*, isto é, o *test* ou o *standard* formulado e aplicado pelo juiz; e (iii) de verde, as digressões filosóficas e as considerações políticas (*policy reasons*) dos juízes. Ah, mas como eu vibrava quando encontrava, ao meio de fatos e circunstâncias minuciosamente descritos, uma ou duas frases em que o juiz virava ora poeta, ora filósofo, invoca a *policy reasons* da norma, por vezes, para derrubá-la, por outras, para reforçá-la. Como os juizes americanos eram comedidos! Não se davam o direito de abstrair, ficavam presos aos fatos. Contudo, vez por outra, escapavam à ilação intelectual, respiravam nas idéias gerais, buscavam o direito, um sentido ao caos da vida. Nesses exíguos momentos de desvario, ainda antes de fazerem o direito, de formularem o *test* ou *standard* que haveria de dar solução ao caso, transcendiam o direito, interrogavam as razões políticas, buscavam nos fins da vida em sociedade as razões das normas. Eis os minutos mais felizes do meu dia. Os juízes norte-americanos não abusavam das teorias, faziam-nas contrastar com as pedras fáticas, reservavam-lhes o aroma fértil das flores que desabrocham. Nunca antes eu havia associado tão vividamente a felicidade

¹³ *Liberalismo* aqui, por oposição a *conservadorismo*, emprega-se no sentido político (e não econômico) de arrojo, assunção de riscos, mudança, revolução.

com a ideiação abstrata. Não foi nas orgias teóricas, mas nos pedregulhos concretos, que eu descobri o prazer da contemplação das verdades abstratas e gerais. É na moderação do prazer, em contínuo contraste com o sofrimento, que se acha a felicidade. O homem que esquece do sofrimento, não percebe o prazer; ainda que este ali esteja. Talvez aí se manifeste a sabedoria da *common law*.

A força da tradição e a evolução, caso a caso, do direito. Parece-me que na *common law*, em comparação com a *civil law*, a tradição ocupa um lugar de maior proeminência na hierarquia axiológica que orienta e ordena as normas. Aqui a tradição é, de fato, uma segunda natureza, um argumento em si. Afinal, aquilo que subsiste no tempo, que sobrevive às gerações, há de conter alguma verdade, algum valor, alguma sabedoria. Os juízes da *common law*, destarte, pareceram-me menos temerários e mais prudentes ao proporem mudanças, na maioria das vezes, tão-só graduais, tímidas, medrosas, que visam antes à lenta e firme evolução que a rápida e oscilante revolução. Assim como hoje só de dá um passo avante após árdua e rigorosa consideração, assim também se presume que o fora no passado, daí nascendo a força da tradição, que nada mais é do que uma presunção de prudência e circunspeção em relação aos que nos antecederam. Nada mais edificante do que valorizar e enaltecer o trabalho e devoção dos nossos predecessores; nada mais reconfortante do que saber que o nosso labor e sopesamento merecerão igual respeito e autoridade uma vez se imortalizem no tempo. Trata-se de um sistema que reconhece a experiência alheia, que não faz tabula rasa do que veio antes, que não rompe, e que caminha firme, mas prudente e vagarosamente, no caminho da justiça e equidade. Assim, parece traduzir o valor fundante da democracia que é a igualdade histórica, segundo o qual as gerações presentes não são necessariamente mais sábias que as anteriores, não tendo legitimidade uma solução que não parta ou não considere a experiência histórica, acumulada nos *judicial precedents*. A estabilidade enquanto manifestação de equidade é acentuada pela vinculatividade das decisões, as quais, por sua vez, por terem assegurado maior perenidade e influência, tendem a serem mais demorada e cuidadosamente redigidas. Assim, cada decisão renova, reescreve, redefine o direito; cada decisão adiciona algo de novo, é mais direito, eis porque se fala no *state of the law*, o estado do direito num determinado momento histórico, que se pode alterar com toda nova decisão judicial.

A *common law* é um sistema que se preocupa mais com o justo equitativo, caso a caso, do que com os enunciados gerais de justiça. Por essa mesma característica – a redefinição do direito a cada decisão – se pode dizer que a *common law*, em certo sentido, é um sistema que se preocupa mais com o justo equitativo, caso a caso, que com os enunciados gerais de justiça. Nota-se que nenhum juiz se arrisca a formular regras gerais, que se aplicariam a todos os casos, muito antes pelo contrário; os juízes anglo-saxões evitam toda e qualquer formulação geral, e quando elas se apresentam inevitáveis, fazem-nas com *caveats* e *qualifications*, que deixam ao juiz futuro uma porta aberta, uma possibilidade de não aplicar a regra vinculante do precedente, se *the facts and circumstances of the case* não o permitirem, ou se o resultado, com a aplicação, for iníquo. A justiça assim não é concebida como aquilo que necessariamente vale para todos, mas como aquilo que, tendo em vista as características e particularidades de cada caso, se mostra menos injusto no caso concreto. Assim, por exemplo, a regra que veda a um aluno cursar mais do que dez disciplinas pode não se aplicar a um outro aluno, se o juiz, ao julgar o segundo caso com base no primeiro, que lhe serve de precedente, distinguir que no primeiro caso o aluno destinatário da regra judicial era um mau aluno e que o fato de ele ser uma mau aluno foi um fator relevante na decisão tomada pelo primeiro juiz e que no caso que agora lhe é dado decidir o

aluno é um bom aluno e que esse fato, por ser relevante, faz o seu caso distinguir-se do primeiro, dando-lhe liberdade de conferir-lhe solução diversa.

Na *common law*, predominam as soluções utilitaristas sobre as “essencialistas”. A própria característica de prevalecer a justiça do caso concreto, em outras palavras, a que busca o que “funciona” melhor no caso particular, parece-me estar intimamente relacionada com outra peculiaridade da *common law*: a predominância das soluções utilitaristas sobre as “essencialistas”.¹⁴ Essa constatação, contudo, não implica que a *common law* não reconheça o valor da moral, da ética – proposição que, se formulada, parecer-me-ia inconciliável com o conteúdo de suas regras – mas sim que quando a solução utilitarista – aquela que mais viabiliza a consecução do resultado politicamente querido – apresenta-se em conflito com a solução ético-moralista – que se preocupa com a preservação, e não admite a relativização, dos valores ético-morais – a primeira costuma, na maioria das vezes, prevalecer. Por exemplo, uma disposição, tanto do *Securities Act of 1933*¹⁵ como do *Securities Exchange Act of 1934*¹⁶, que tem por objetivo concorrer para com que as sociedades de capital aberto divulguem suas projeções futuras, torna insancionável uma divulgação de má-fé (feita pelo diretor que tem conhecimento de sua falsidade), desde que tal informação venha acompanhada de um *disclaimer* de que resultados futuros são imprevisíveis e que, por isso, as projeções divulgadas estão sujeitas a erro. Mas como pode, como neste caso, o direito amparar a má-fé deliberada? Em um sistema essencialista, que não admite a relativização dos valores morais, tal norma seria inadmissível, por incongruência em relação ao espírito que permeia todo o sistema. Na *common law* norte-americana, contudo, tal solução é aceitável, já que o fim a que aspira a norma justifica o meio de que ela lança mão, mesmo que o meio aparente ser ou seja imoral. Cuida-se de um sistema que, nesse particular, parece priorizar os efeitos sociais sobre os fundamentos filosóficos; tendência esta que ainda se verifica na admissão dos *punitive damages* e, em alguns Estados, do *capital punishment*, em que o indivíduo punido é visto como um instrumento a serviço do bem estar geral da comunidade. Aparenta-se aqui uma dissonância relativamente à posição kantiana – tão respeitada no nosso sistema jurídico – segundo a qual todo o indivíduo é um fim em si mesmo, não podendo ser usado como um meio à persecução de objetivos gerais que beneficiem toda a comunidade. Assim, a *common law* parece, nesse particular, discordar da nossa convicção de que o indivíduo tem um valor ontológico mínimo que não pode ceder em proveito da coletividade. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que nós, da família romano-germânica, seríamos mais individualistas, enquanto eles, da família anglo-saxônica, mais coletivistas.

As mais tradicionais Universidades norte-americanas são privadas. Quando estive na Inglaterra e acompanhava as discussões no Parlamento de Westminster a respeito da reforma da educação superior naquele país, um parlamentar trouxe à discussão uma pesquisa que procurava listar e ranquear as melhores Universidades do mundo. As sete primeiras, segundo aquela pesquisa inglesa, eram norte-americanas, todas privadas. Menciono isso porque talvez essa constatação, de que poucos possivelmente discordariam, possa-nos sugerir que Universidade privada não é necessariamente sinônimo de mercantilização do ensino. Bem pelo contrário, os norte-americanos atribuem, em boa

¹⁴ Para o efeito de, tão-somente, expressar a idéia que tenho em mente, diferenciaria as soluções utilitaristas das essencialistas com aquelas que não se justificam por si mesmas, mas pela finalidade a que estão direcionadas.

¹⁵ Section 27A.

¹⁶ Section 25E.

parte, às suas Universidades privadas o vigor de sua democracia e a engenhosidade de seu sistema econômico. Eles têm, até mesmo, um temor em relação à possibilidade de o Estado controlar o que as pessoas estudam e discutem; acreditam que a educação independente é imune à ingerência do Estado seja o último bastião da liberdade individual e da pluralidade democrática frente ao perigo constante da tirania. Diferentemente do que ocorre no Brasil, nos Estados Unidos, quanto mais cara a *tuition*, melhor tende a ser a Universidade (a não ser quando se comparam as piores privadas com as melhores públicas). Cuidado! *Público*, nos Estados Unidos, não quer dizer *de graça*. Afinal — e, pelo menos, é isso em que eles acreditam — nesta vida nada é de graça, tudo custa, tudo demanda trabalho (e o trabalho, enquanto sustentáculo da virtude moral e da riqueza material, deve, logicamente, ser remunerado). *Público*, nos Estados Unidos, quer dizer antes *subsidiado*. (Adverte-se que, aqui estamos nos restringindo tão-somente ao aspecto financeiro da distinção entre público e privado.) Nos Estados Unidos, ninguém se vê com o direito de educar-se gratuitamente, transferindo os custos de sua educação a outros que, por vezes, não se educam. Parece-me que, como os estudantes norte-americanos acumulam dívidas significativas ao longo de sua educação e devem começar a pagá-las assim que se estabelecem profissionalmente, acabam tendo eles uma noção mais correta de quando custa a sua educação, de quanto trabalho alheio ela demanda, e de quanto eles têm que se dedicar para fazer com o que o seu investimento se pague a longo prazo. Assim, acreditam que a gratuidade é um convite ao desperdício, já que, em tal hipótese, os alunos não sentiriam nos seus ombros os custos do investimento educacional e não se sentiriam, por via de consequência, tão comprometidos a aproveitá-lo ao máximo. Parece que muitas das escolhas políticas norte-americanas fundam-se na idéia republicana de que os indivíduos são capazes de prosperarem e realizarem-se enquanto pessoa humana independentemente do paternalismo estatal.

As leis norte-americanas são redigidas, freqüentemente, em linguagem confusa. Os estudantes de direito, nos Estados Unidos, via de regra, odeiam *statutes*. As matérias mais chatas são unanimemente as *statutorily-based*. A diversão está nos *cases*, nas matérias cuja fonte principal é *common law*. Eles dão graças a Deus por estudarem direito num país de *common law*; pois — eles pensam — imagina como deve ser chato estudar direito num país de *civil law*, onde tudo que há é *statute*? Eles teriam razão se as nossas leis fossem escritas tal qual o são os *statutes* deles. Que loucura! Há frases que se estendem por um parágrafo inteiro, com incontáveis *unless, if, provided, notwithstanding*. É preciso lê-las três vezes para compreendê-las em seu conjunto, ainda pulando e tapando as partes que não interessam ao caso concreto. Tudo é explicitado; nada é deixado implícito. Até as coisas mais óbvias são ditas. Como o *legislature* não quer deixar de fora nenhuma hipótese, acaba usando três, quatro, cinco sinônimos, os quais, no mais das vezes, querem dizer a mesma coisa. Não basta dizer *including*, é preciso adicionar *but not limited to*, ou seja, é necessário lembrar, toda a vez, ao intérprete, que o termo *including* inclui mas não exclui. As definições legislativas não definem, mas enfileiram uma lista quilométrica de sinônimos, dos mais evidentes aos mais bizarros. Por vezes, para deixar claro que uma hipótese é diferente da outra, repete-se a frase inteira e alteram-se algumas palavras. As palavras nunca significam algo, mas significam algo para o efeito de um restrito dispositivo, capítulo ou diploma legal. As disposições de direito processual freqüentemente entrelaçam-se com as de direito material. Dê uma olhada no *Clean Air Act*, e garanto que você nunca mais vai querer ver um *statute* na sua frente! Se há uma coisa que nós, da *civil law*, sabemos fazer bem é redigir artigos de leis. O nosso Código Civil, por exemplo, chega a ser poético!

O método socrático no ensino do direito nos Estados Unidos. Talvez o aspecto mais fascinante do ensino jurídico nos Estados Unidos seja o método socrático. Trata-se de um método que enfatiza a experiência, a dialética e o questionamento enquanto técnicas de desenvolvimento de habilidades intelectuais. É antes um método de motivação do que propriamente um método de transmissão do conhecimento. Visa ao desafio, à superação, à evolução intelectual autônoma. Os professores não se preocupam em dar repostas; pelo contrário, muitos costumam, como dizem os norte-americanos, esconder a bola (*hide the ball*). Eles questionam os alunos até que estes entrem em contradição ou dêem-se conta da fragilidade da tese que esposam. Neste sentido, leva ao niilismo, à negação da possibilidade de proposições não relativizáveis. Dá a impressão aos alunos de que estes nada sabem; e isso os leva a estudar cada vez mais, num círculo virtuoso. É um método que mexe profundamente com a auto-estima das pessoas, vez que sua ignorância é freqüentemente exposta em público. Ele desafia, induz à secreção de adrenalina e ao aceleração do ritmo cardíaco, que leva o aluno ao limite de sua capacidade e à contínua auto-superação. O nível de tensão nas aulas socráticas é elevado, o aluno nunca sabe quando será chamado. Cada pergunta do professor, mesmo que direcionada a um colega, produz um novo frio na barriga, um novo suor nas mãos, um novo aperto no coração. O aluno tem que estar atento sempre, a cada palavra que o professor profere, pois aquele que, por distração ou falta de preparação, perde a linha de raciocínio do professor, pode estar correndo risco de vida. O risco é tal que muitos colegas aconselham não comparecer à aula quando o aluno não estiver preparado, não tiver feito todas as leituras, ou não se achar em condições de enfrentar a série apocalíptica de questionamentos caso venha a ser chamado. E não é fácil seguir sempre a linha de pensamento do professor; o professor fala rápido, não repete as idéias, o conteúdo é denso, os casos são muitos, as situações labirínticas, há miríades de detalhes e sutilezas. Na verdade, só há uma maneira de conseguir acompanhar a aula: ter-se preparado, ter feito as leituras, respondido aos questionários, esmiuçados os casos. Eis a inevitabilidade, a necessidade do estudo autônomo, da preparação prévia, não por uma questão de moralidade, por que eu acho que estudar é bom pra mim, mas por uma questão de sobrevivência, já que eu não saber uma resposta é uma derrota, afeta a minha reputação, a minha respeitabilidade e, a longo prazo, o meu sucesso profissional e conforto material, num país eminentemente capitalista. É um método que tem muito a ensinar sobre os instintos mais profundos dos seres humanos, sobre as nossas limitações intelectuais e sobre quão pequenos nós somos diante das inquietações que provocam o nosso pensamento. É um método, enfim, que só internaliza aquele que sofre na carne e no osso a intensidade da experiência socrática.

O valor da moral e do *fair play* na educação jurídica nos Estados Unidos. No ensino jurídico norte-americano, observa-se que a integridade moral está em pé de igualdade com habilidade técnica e a excelência intelectual. Seja pela ênfase que os professores dão em aula à postura ética do advogado, seja pelo código de honra que poucos arrisquem quebrar, sob pena de terem de abandonar definitivamente a sua carreira jurídica. A honestidade acadêmica é um valor absoluto, que se torna universalmente respeitado em razão da severidade da condenação (expulsão da escola e provável não aceitação por nenhuma outra). Trata-se de uma verdadeira ditadura dos justos e dos honestos!

O valor das notas (grades) para o sucesso na carreira jurídica. As notas e os conceitos que os alunos recebem de seus professores ao serem avaliados constituem um fator crucial para o seu sucesso profissional. Alguns chegam mesmo a dizer que um conceito A a mais ou a menos no boletim pode resultar em US\$ 1.000 a mais ou a menos na remuneração dos primeiros empregos. Acredito que

parte do valor que se atribui às notas esteja relacionado com a seriedade e a sofisticação das avaliações e com a honestidade acadêmica.

A “curva” e o valor da competição no ensino do direito nos Estados Unidos. A competitividade, enquanto fator motivacional da auto-superação contínua, é levada ao extremo pela existência da famosa “curva” na atribuição de conceitos aos alunos de uma turma. Assim, para que se tire o conceito máximo, não é suficiente que o aluno ultrapasse o padrão (*threshold*) de conhecimento para tanto exigido, mas que ele esteja entre os melhores alunos da sua turma. A nota, dessa forma, é dada sempre em relação à turma. Em termos práticos, quando mais os teus colegas estudarem, mas tu terás que estudar para manter o mesmo conceito. Sob outra perspectiva, cada A a mais que há na turma, menores as tuas chances de ir tão bem quanto, pois o professor deve sempre manter uma distribuição de conceitos tal que a média da turma fique dentro de certos limites. Num exemplo simples, supondo que a média deve ser, em razão da curva, de 5 pontos por aluno e que haja 10 alunos na turma, o professor teria à sua disposição as seguintes alternativas, entre outras: (i) dar a nota 5 para os 10 alunos; (ii) dar a nota 10 para 5 alunos e a nota 0 para os 5 alunos restantes; (iii) dar a nota 8 para 2 alunos, a nota 6 para 2 alunos, a nota 5 para 2 alunos, a nota 4 para 2 alunos e a nota 2 para 2 alunos. Note-se que, em quaisquer dessas distribuições, a média de 5 pontos por aluno numa turma mantém-se.

Conclusão. O que mais aprendi da minha experiência na *Pace* foi a convicção de que a educação é o único meio pelo qual se pode mudar o destino de um povo. Estou convencido da necessidade e da urgência de repensarmos o nosso sistema educacional, sob pena de, por nossa ineficiência e inércia, ficarmos cada vez mais dependentes dos países mais desenvolvidos. Se quisermos preservar, ou até mesmo recuperar, a nossa independência enquanto povo e nossa soberania enquanto Estado, não temos outra alternativa senão repensarmos séria e profundamente o nosso sistema educacional, desde os seus pressupostos mais básicos até as suas técnicas mais avançadas. Acredito que a honestidade acadêmica, a competição conforme ao *fair play* e o desafio constante aos alunos para que se auto-superem insaciavelmente devam ser valores centrais. Acredito que o Convênio FIPSE-CAPES possa desempenhar um papel importante nessa nossa missão e responsabilidade.